

***Laudato si'*: um guia de leitura**

Laudato si': a reading guide

Francisco de Aquino Júnior
Universidade Católica de Pernambuco - Brasil

Resumo

A Carta Encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco “sobre o cuidado da casa comum” foi publicada em 2015. Ela se enfrenta com a atual crise socioambiental mundial, a) indicando seus efeitos/sintomas e sua raiz humano-social, b) apresentando as convicções, motivações e exigências da fé cristã para o cuidado da casa comum c) e apontando uma “ecologia integral”, mediante processos de diálogo e uma educação e espiritualidade ecológicas. Ao mesmo tempo em que aborda um dos maiores problemas/desafios da humanidade (crise ecológica), marca uma nova fase/etapa no magistério social da Igreja e alarga os horizontes da missão da Igreja no mundo atual (cuidado da casa comum). Este trabalho, como indica seu subtítulo, pretende ser um guia de leitura da encíclica. Começa com algumas considerações sobre seu contexto socio-eclesial. Faz uma apresentação panorâmica da estrutura e do conteúdo do texto. E conclui destacando alguns pontos importantes para sua adequada compreensão e interpretação.

Abstract

The Encyclical Letter *Laudato Si'* by Pope Francis “on the care for our common home” was published in 2015. It faces the current global socio-environmental crisis, a) indicating its effects/symptoms and its human-social root, b) presenting the convictions, motivations and requirements of the Christian faith for the care of our common home, c) and pointing to an “integral ecology”, through processes of dialogue and ecological education and spirituality. While addressing one of humanity's greatest problems/challenges (ecological crisis), it marks a new phase/stage in the Church's social teaching and broadens the horizons of the Church's mission in today's world (care for the common home). This work, as indicated by its subtitle, is intended to be a guide for reading the encyclical. It begins with some considerations about its socio-ecclesial context. It gives a panoramic presentation of the structure and content of the text. It concludes by highlighting some important points for its proper understanding and interpretation.

Palavras-chave

Francisco.
Crise ecológica.
Antropocentrismo.
Paradigma tecnocrático.
Ecologia integral.

Keywords

Francis.
Ecological crisis.
Anthropocentrism.
Technocratic paradigm.
Integral ecology.

Introdução

A Carta Encíclica *Laudato Si'* (LS) do papa Francisco “sobre o cuidado da casa comum” foi assinada no dia 24 de maio de 2015. É a mais extensa das encíclicas sociais até então publicadas, a primeira que não tem um título em latim e uma das mais impactantes. Há quem diga que, “assim como o Papa Leão XIII assombrou o mundo de outrora com a Encíclica *Rerum Novarum*: sobre a condição operária, hoje, é o Papa Francisco, com a *Laudato Si'*: sobre o cuidado da casa comum, que provoca esse mesmo ‘assombro’” (PESSINI, 2016, p. 321). Ao mesmo tempo em que ele aborda um dos maiores dramas da humanidade na virada do milênio (crise ecológica), marca uma nova etapa no magistério social da Igreja: seja pela ampliação da questão social (socioambiental), seja pelo enfoque da questão (ecologia integral), seja pela radicalidade da abordagem (sistêmico-estrutural), seja pelo estilo ou postura no enfrentamento dos problemas, semelhante ao estilo/postura de João XXIII e de Paulo VI (otimista/dialogal/pastoral). O tema não é novo no magistério social da Igreja, como se pode comprovar nas encíclicas sociais de João XXIII, Paulo VI, João Paulo II e Bento XVI (BRIGHENTI, 2016, p. 52-64; MAÇANEIRO, 2016, p. 230-283). Mas é a primeira vez que um papa trata de modo abrangente a questão ambiental, chegando a dedicar uma encíclica a essa problemática. Em sua abordagem do tema, Francisco recolhe as reflexões e orientações até então desenvolvidas pelo magistério da Igreja, enriquecendo-as com a contribuição de outras igrejas e seguimentos da sociedade e situando-as num horizonte mais amplo e sistêmico que articula o ambiental e o social na perspectiva de uma “ecologia integral”.

Para ajudar na leitura e compreensão dessa nova encíclica social, indicaremos alguns traços do contexto socio-ecclesial em que ela se insere, faremos uma breve apresentação da estrutura e do conteúdo do texto e destacaremos alguns aspectos que revelam sua peculiaridade e novidade no contexto mais amplo das encíclicas sociais.

Contexto histórico

Se todo texto tem um contexto que o marca e o condiciona em alguma medida, mais ainda um texto como uma encíclica social que, por sua própria natureza, trata de uma “questão social” a partir da fé cristã. Por mais que suponha e contenha aspectos que extrapolam seu contexto imediato, toda encíclica social, além de ter a marca de seu autor, enquanto resposta a determinado problema social, está referida ao contexto/problema que a suscita e ao qual procura compreender e responder a partir da fé. Não se pode compreender, por exemplo, a Encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII sem considerar a “condição dos operários” no final do século XIX. Tampouco se pode compreender a Encíclica *Laudato Si'* de Francisco sem considerar a crise socioambiental que ameaça a humanidade no início de século XXI.

Falando de crise socioambiental ou crise ecológica, falamos do contexto mais amplo em que se insere a primeira encíclica social de Francisco e da problemática fundamental com a qual ele se enfrenta, procurando compreendê-la em seus sintomas e em sua raiz e indicando caminhos para seu enfrentamento e superação.

Embora a degradação ambiental não é um fenômeno absolutamente recente, ela adquiriu em nosso tempo, com o desenvolvimento técnico-científico, dimensões e proporções tão grandes que põem em risco na vida no planeta (RIBEIRO NETO, 2016, p. 10-11; BOFF, 2016a, p. 16-18; OLIVEIRA, 2010, p. 51-57): Se “as sociedades tradicionais e mesmo a sociedade industrial em seu início causavam problemas ambientais em nível local e frequentemente com resultados circunscritos a recursos naturais específicos”, na sociedade atual “as agressões tendem ganhar um impacto global e, por sua intensidade, ter um forte efeito sistêmico” (RIBEIRO NETO, 2016, p. 11). Relatórios da Rede da Pegada Global (*Global Footprint Network*), organização internacional que monitora a demanda humana por recursos naturais, mostram como cada vez mais a demanda anual sobre a natureza supera sua capacidade regenerativa. O chamado “Dia de Sobrecarga da Terra” (*Overshoot Day*), quando se consomem os recursos naturais existentes para o ano inteiro, chega cada vez mais cedo: 05 de outubro em 2000; 13 de agosto

em 2015. Isso significa um consumo de quase 50% além da capacidade anual do planeta. Seria necessário 1,5 planeta para sustentar esse ritmo/padrão de consumo de bens naturais (REDE WWW, 2016).

E por mais que essa problemática não seja tão nova, sua consciência ou pelo menos a consciência de sua dimensão e profundidade é relativamente recente. Explodiu na década de 1970 e se impôs como problema fundamental na esfera pública na década de 1990. Ela é fruto da confluência e interação de uma série de fatores, iniciativas e processos, nos quais estão implicados movimentos e organizações socioambientais, setores importantes da comunidade científica, instituições/organismos políticos nacionais e internacionais e outros setores/seguimentos da sociedade.

O primeiro e mais fundamental sinal de alerta vem dos impactos sociais das mudanças climáticas e das catástrofes ambientais. Eles atingem cada vez mais amplos setores da sociedade e mesmo amplas regiões do planeta, mas suas primeiras e maiores vítimas são sem dúvida os *pobres* - muito mais dependentes dos bens naturais e muito mais vulneráveis às catástrofes socioambientais. Seu grito de desespero, sobretudo quando provoca organização e mobilização sociais, são o primeiro e mais fundamental sinal de alerta, de convocação e de mobilização da sociedade (ALIER, 2007; BRUM, 2021).

Esse sinal de alerta mais fundamental que vem das vítimas das catástrofes socioambientais acaba provocando a *comunidade científica* a analisar os fatos (efeitos e causas) e indicar caminhos de enfrentamento dos problemas (imediatos e estruturais), bem como a *comunidade política* a construir e implementar políticas imediatas (gestão das catástrofes) e estruturais (gestão dos bens naturais, padrão de produção e consumo, modelo econômico) de enfrentamento dos problemas socioambientais. E, de fato, a problemática socioambiental, não sem tensões e conflitos, cada vez mais tem ganhado espaço na comunidade científica e nos debates políticos pelo mundo afora.

Dentre as publicações que marcaram o despertar da comunidade internacional para a problemática ambiental, convém destacar, em primeiro lugar, o livro da cientista e escritora estadunidense Rachel Carson, A

primavera silenciosa (1962) (CARSON, 2010). Ela faz um alerta sobre o uso agrícola de pesticidas químicos e destaca a necessidade de respeitar o ecossistema em que vivemos para proteger a saúde humana e o meio ambiente. Em segundo lugar, destaca-se o famoso relatório do “Clube de Roma” sobre os *Limites do crescimento* (1972) (MEADOWS; MEADOWS; RANDERS; BEHRENS III, 1973). Por mais discutível e criticável que seja sua perspectiva política, centrada na redução e no controle da taxa de natalidade (MEADOWS; MEADOWS; RANDERS; BEHRENS III, 1973, p. 156) (sem tocar no modelo de produção, distribuição e consumo que se impôs nos últimos séculos), teve um papel importante na consciência dos “limites do crescimento”. Essas obras tiveram um grande impacto nos EUA e em muitos países da Europa, desencadeando e/ou fortalecendo movimentos ambientalistas, abrindo uma nova pauta de investigação na comunidade científica e repercutindo nos espaços e organismos políticos da sociedade. Nas últimas décadas surgiram muitos organismos e instituições (acadêmicos, sociais e políticos) dedicados ao estudo e monitoramento da situação socioambiental. Os resultados desses estudos (dados, análises, projeções etc.) têm sido fundamentais para compreensão da dimensão e complexidade do problema, bem como para a mobilização da sociedade, dos órgãos de Estado e dos governos no enfrentamento político do problema.

Do ponto de vista político, sem entrar nos ritmos e processos de cada país, convém chamar atenção para a crescente importância dessa problemática no âmbito da Organização das Nações Unidas. Por mais limitados, ambíguos e até fracassados que sejam seus intentos, não se pode negar a importância de seus organismos e eventos para a transformação da problemática ambiental em agenda/pauta política mundial com suas implicações e seus desdobramentos nas agendas/pautas políticas nacionais. O marco inicial foi a Conferência de Estocolmo, na Suécia, em 1972. Ela abre/inaugura um espaço/processo de discussão sobre a problemática ambiental no âmbito da Nações Unidas. Mas é com a Conferência sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992 (ECO-92 ou Rio-92 ou “Cúpula da Terra”), que a questão ambiental ganha visibilidade e projeção e se impõe como pauta política fundamental e decisiva para a vida no

planeta. Aí surgiu a chamada “Agenda 21”. Dez anos depois, em 2002, acontece em Joanesburgo - África do Sul, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10). Em 2012, novamente no Rio de Janeiro, acontece a Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Em setembro de 2015, acontece em Nova York a Cúpula do Desenvolvimento Sustentável, onde se definiu a chamada “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. E em dezembro desse mesmo ano, acontece em Paris a 21ª Assembleia das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-21) (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, s/d; PESSINI, 2016, p. 287-305). Tudo isso tem contribuído decisivamente, não obstante as ambiguidades e a pouca eficácia, vale repetir, para a transformação da problemática socioambiental em pauta/agenda política fundamental e em fator de mobilização política da sociedade.

Na América Latina, a problemática ambiental emerge e se consolida no contexto das lutas e organizações dos povos tradicionais na defesa de seus territórios e das populações pobres em meio aos conflitos e às “catástrofes” socioambientais (LEFF, 2016; PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 16-50). Nasce como uma problemática socioambiental em sentido estrito, tratando os problemas ambientais a partir de suas primeiras e maiores vítimas (povos tradicionais, populações pobres) e, superando universalismos e abstrações nada objetivos/neutros, identificando seus primeiros e maiores responsáveis (elites econômico-políticas, setores dominantes). Não todos são igualmente vítimas e responsáveis pelos problemas ambientais nem têm as mesmas condições e possibilidades de enfrentamento de seus impactos sociais. Uma abordagem social dos problemas ambientais, ao mesmo tempo em que relava suas raízes socioeconômicas, revela também suas maiores vítimas e seus maiores responsáveis. Do ponto de vista social e simbólico, um marco fundamental entre nós foi a luta e o martírio de Chico Mendes, em quem a defesa da Amazônia e dos Povos da Floresta constitui uma única e mesma causa/luta (GRZYBOWSKI, 1989). Do ponto de vista teórico, a referência maior entre nós é sem dúvida Leonardo Boff. Desde o início dos anos 1990 ele tem se dedicado a essa problemática e tem sido um elo importante de articulação da América Latina com o movimento ecológico mundial, participando, inclusive,

da redação da “Carta de Terra”, assumida oficialmente pela UNESCO em 2003 (BOFF, 2015, p. 445-460). Retomando e aprofundando a percepção da inseparabilidade ou da mútua implicação entre o ambiental e o social, Leonardo Boff ajudou a construir uma compreensão de ecologia que articula o “grito da terra” com o “grito dos pobres”, título de sua mais importante obra sobre a problemática socioambiental: *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres* (BOFF, 2015).

A confluência e interação de todos esses fatores e processos, não sem tensões e conflitos, tornaram possível uma compreensão mais ampla da problemática ambiental em seus efeitos (vítimas, dados, dimensão, proporção) e em suas causas (elites econômico-políticas, modelo econômico, civilização moderna), possibilitando uma maior/melhor percepção e articulação do vínculo ambiental-social, bem como da assimetria entre as maiores vítimas e os maiores responsáveis da problemática socioambiental (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009). E tudo isso favoreceu a construção de uma ampla agenda socio-político-ambiental que implica e articula movimentos socioambientais de base (direitos dos povos tradicionais e das populações pobres) com processos políticos (gestão dos bens naturais, controle e limite do crescimento, novos padrões de produção, legislação socioambiental) e com o desafio de gerar/cultivar/difundir um novo padrão civilizatório que supere o antropocentrismo moderno, mas sem cair num biocentrismo cínico que, na prática, termina relativizando e abafando o grito dos pobres da terra (nova cosmovisão) (CAPRA, 1989; OLIVEIRA, 1998; BOFF, 2016b; ACOSTA, 2016).

É nesse contexto amplo e complexo que aparece a encíclica de Francisco “sobre o cuidado da casa comum”. Ao mesmo tempo em que ela supõe e se apropria de todo esse processo, oferece uma síntese peculiar que situa a problemática ecológica num novo patamar/status que articula o ambiental com o social, o grito do pobre com o grito da terra, o local com o global, o econômico com o sociopolítico e o cultural-religioso, o conjuntural com o estrutural na perspectiva de uma ecologia integral.

Mas isso não é tudo. Certamente, a encíclica *Laudato Si'* é resultado de todo esse processo que esboçamos em grandes linhas. Mas ela é fruto também

da sensibilidade socioambiental de Francisco e se insere no processo mais amplo de retomada da renovação conciliar da Igreja que caracteriza seu ministério/magistério como bispo de Roma. Assim como a eleição de Joao Paulo II em 1978 marca uma nova etapa no processo de recepção do Concílio, caracterizada por uma progressiva perda do otimismo conciliar com relação ao diálogo com o mundo e à reforma da Igreja e por uma espécie de “volta à grande disciplina” (LIBANIO, 1984); a eleição de Francisco em 2013 marca uma nova etapa na vida Igreja, caracterizada pela retomada do processo de renovação conciliar (interrompido!? arrefecido!?), tanto no que se refere ao envolvimento com os problemas do mundo atual, quanto no que se refere ao dinamismo interno da Igreja como Povo de Deus.

De fato, a renúncia de Bento de XVI (28/02/2013) e a eleição de Francisco (13/03/2013) são um marco na história recente da Igreja. O contexto de crise em que se dá a renúncia de Bento XVI e no qual se realiza o conclave que elege Francisco aponta a necessidade e urgência de reformas profundas na Igreja. E é isso que tem caracterizado e suscitado o ministério de Francisco desde o início (PASSOS; SOARES, 2013; SILVA, 2014; AQUINO JÚNIOR, 2019). Já a escolha do nome “Francisco”, pensando nos pobres, na paz e na criação (FRANCISCO, 2013a), indica um verdadeiro programa de vida e ministério voltado para os grandes problemas e desafios da humanidade. E sua Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*: Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual, tem claramente um caráter programático, marcado por uma “transformação missionária da Igreja” (cap. I), num contexto de “crise do compromisso comunitário” (cap. II), centrado no “anúncio do Evangelho” (cap. III), destacando a “dimensão social da evangelização” (cap. IV) e a necessidade de “evangelizadores com espírito” (cap. V) (FRANCISCO, 2013b).

Com seu carisma pessoal e com suas preocupações e orientações pastorais - não obstante tensões, resistências e conflitos internos e externos (PASSOS, 2019, p. 520-540) -, Francisco vem resgatando o espírito e o processo de renovação/reforma conciliar e de sua recepção latino-americana. Ele inaugura uma “nova primavera” na Igreja que bem pode ser caracterizada como uma nova fase/etapa no processo de recepção do Concílio, marcada por uma retomada da eclesiologia do Povo de Deus (Igreja sinodal) e do seu

dinamismo missionário (Igreja em saída para as periferias). Um aspecto fundamental e decisivo de todo esse processo é, sem dúvida nenhuma, a insistência na “dimensão social da evangelização” e na centralidade da “opção preferencial pelos pobres” - a marca mais visível e importante de seu ministério/magistério pastoral. E isso confere novo vigor e nova centralidade ao ensino ou doutrina social da Igreja.

Inserida nesse processo mais amplo de “transformação missionária da Igreja” que caracteriza o ministério pastoral de Francisco, a Encíclica *Laudato Si'*, sua primeira encíclica social, ao mesmo tempo em que alarga os horizontes da “questão social” (questão socioambiental) e radicaliza seu enfoque (necessidade de mudança estrutural/sistêmica) (SORGE, 2016, p. 11-20; BENTO, 2018, p. 509-523; ANDRADE, 2019, p. 615-636), indica/alarga os horizontes da atuação missionária da Igreja: Uma atuação descentrada de si mesma (*Igreja em saída*) e centrada no “cuidado da casa comum” que se efetiva sempre a partir da “opção preferencial pelos pobres” que são as primeiras e maiores vítimas da crise ecológica e os destinatários privilegiados da ação evangelizadora da Igreja (*saída para as periferias*).

Texto: estrutura e conteúdo

Tendo indicado em grandes linhas o contexto social (crise ecológica) e eclesial (eleição de Francisco e retomada do processo de renovação/reforma conciliar) em que se insere a encíclica *Laudato Si'* (FRANCISCO, 2015)¹, faremos a seguir uma apresentação panorâmica do texto em sua estrutura e em seu conteúdo. Se a consideração do *contexto* é fundamental para perceber a relevância e dimensão do problema, o que justifica sua abordagem em uma encíclica social; a leitura atenta do *texto* é decisiva para compreender a percepção que o papa tem do problema e as perspectivas que indica para o seu enfrentamento (CAMACHO, 2016, p. 59-79; MURAD; TAVARES, 2016; RIBEIRO NETO, 2016, p. 8-23; BAKKER, 2016, p. 158-170; BARROS, 2016, p. 171-183; SOUZA, 2016, p. 145-161; SILVA, 2017, p. 688-704; THOMASSET, 2019, p. 14-34).

¹ A partir de agora, os números entre parênteses, sem outra indicação, remetem à numeração desse documento.

Mas, antes de passarmos à apresentação do texto, embora não tenhamos maiores informações sobre seu processo de elaboração (CAMACHO, 2016, p. 60-61; AIZEN, 2015), convém recordar brevemente com Francisco o desenvolvimento de sua “consciência ecológica” e o contexto imediato de publicação da encíclica. Sua “tomada de consciência” dessa problemática “começou a germinar” na Conferência de Aparecida, no Brasil, em 2007. Como membro do comitê de redação do Documento Final da Conferência, Francisco confessa que a princípio ficou “um pouco incomodado com o fato de os bispos brasileiros e alguns de outros países quererem tantas referências à Amazônia nesse documento”. Parecia-lhe “excessivo”. Nos anos seguintes, porém, foi “vendo algumas notícias” e “depois de muitos encontros, diálogos e acontecimentos”, diz ele, “[seus] olhos foram se abrindo, como num acordar”. Já como papa, pediu ajuda a “especialistas sobre clima e ambiente” acerca do “estado do nosso planeta” e pediu a “alguns teólogos” que “refletissem sobre esses dados, em diálogo com especialistas de todas as partes do mundo” - “teólogos e cientistas trabalharam juntos até chegarem a uma síntese”. Assim foi se gestando a encíclica. Com relação à publicação do texto, Francisco recorda o pedido da então ministra do Meio Ambiente da França, Ségolène Royal, durante sua viagem em 2014 a Estrasburgo para discursar no Conselho da Europa, para que “publicasse [a encíclica] antes da reunião dos chefes de Estado que aconteceria em dezembro de 2015, em Paris” (FRANCISCO, 2020, p. 37-39).

Estrutura

A estrutura do texto é bastante clara: a *Introdução* apresenta o problema, as inspirações, o apelo e a estrutura da encíclica (1-16); o *Capítulo I* faz uma breve consideração sobre “o que está acontecendo com a nossa casa” (17-61); o *Capítulo II* apresenta as convicções da fé judaico-cristã em termos de “evangelho da criação” (62-100); o *Capítulo III* trata da “raiz humana da crise ecológica” (101-162); o *Capítulo IV* propõe “uma ecologia integral” (137-162); o *Capítulo V* indica “algumas linhas de orientação e ação” (163-201); o *Capítulo VI* aborda o desafio de uma “educação e espiritualidade

ecológicas” (202-245); e conclui propondo duas orações: uma “oração pela nossa terra” e uma “oração cristã com a criação” (246).

Francisco retoma o método ver-julgar-agir, usado por João XXIII, por Paulo VI e parcialmente por João Paulo II. Embora se possa discutir se o capítulo III é parte do “ver” ou do “julgar”, em seu conjunto o texto tem essa estrutura: *ver* (cap. I e III), *julgar* (cap. II), *agir* (cap. IV-VI) (CAMACHO, 2016, p. 60; SILVA, 2017, p. 691; SOUZA, 2016, p. 145-161; AQUINO JÚNIOR, 2016, p. 26). Ademais, como adverte Francisco no final da introdução, “embora cada capítulo tenha a sua temática própria e uma metodologia específica”, há “alguns eixos que atravessam a encíclica inteira” e que são “constantemente retomados e enriquecidos” (16). Isso faz com que a ordem clara/lógica dos capítulos (ver-julgar-agir) não possa ser tomada de modo estanque, mas, pelo contrário, tenha que ser considerada em sua complexidade, dinamicidade e interligação (eixos transversais).

Conteúdo

Seguindo a estrutura do texto indicada acima, apresentaremos a seguir um resumo de seu conteúdo, procurando ser o mais fiel possível ao texto em sua abordagem, em sua compreensão e em sua formulação do tema. Importante advertir e insistir que isso não substitui a leitura direta e integral do texto, mas é como um “guia” que ajuda a não perder a visão de conjunto nem a riqueza de conteúdo da encíclica.

Introdução

Com Francisco de Assis - *Laudato si', mi Signore*, o texto começa comparando “nossa casa comum” com uma “irmã” e com uma “boa mãe” (1) e fazendo eco de seu clamor “contra o mal que lhe provocamos por causa do uso irresponsável e do abuso dos bens que Deus nela colocou” - sentimo-nos “seus proprietários e dominadores, autorizados a saqueá-la” e “esquecemo-nos de que nós mesmos somos terra” (2).

Assim como João XXIII, em meio à crise nuclear, escreveu a encíclica *Pacem in Terris* (1963), “na qual não se limitava a rejeitar a guerra, mas quis

transmitir uma proposta de paz”, Francisco, “à vista da deterioração global do ambiente”, através da encíclica *Laudato Si'*, pretende “entrar em diálogo com todos acerca da nossa casa comum” (3). Retoma as contribuições de Paulo VI (4), João Paulo II (5) e Bento XVI (6) para a compreensão e enfrentamento do problema: elas “recolhem a reflexão de inúmeros cientistas, filósofos, teólogos e organizações sociais que enriquecem o pensamento da Igreja sobre estas questões” (7). Reconhece a “preocupação” e a “reflexão valiosa” que se tem desenvolvido “noutras Igrejas e Comunidades Cristãs - bem como noutras religiões” (7), destacando a contribuição do Patriarca Ecumênico Bartolomeu (8-9). Invoca o “santo padroeiro de todos os que estudam e trabalham no campo da ecologia” (10). Insiste em que “o urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral” (13) e lança “um convite urgente a renovar o diálogo sobre a maneira como estamos construindo o futuro do planeta” (14).

Por fim, expressa o desejo de “que esta carta encíclica, que se insere no magistério social da Igreja, nos ajude a reconhecer a grandeza, a urgência e a beleza do desafio que temos pela frente” (15) e faz uma apresentação panorâmica do texto, considerando a ordem dos capítulos (15) e destacando “alguns eixos que atravessam a encíclica inteira” e são “constantemente retomados e enriquecidos” (16).

I - O que está acontecendo com a nossa casa

O primeiro capítulo se confronta com “o contexto atual no que este tem de inédito para a história da humanidade”, fazendo uma breve consideração sobre “o que está acontecendo com nossa casa comum” (17). Parte de uma dupla constatação: ao mesmo tempo em que reconhece que, “embora a mudança faça parte da dinâmica dos sistemas complexos, a velocidade que hoje lhe impõem as ações humanas contrasta com a lentidão natural da evolução biológica”, com o agravante de que “os objetivos desta mudança rápida e constante não está necessariamente orientados para o bem comum e para um desenvolvimento humano sustentável e integral” (18),

constata também “uma crescente sensibilidade relativamente ao meio ambiente e ao cuidado da natureza” (19).

E passa, então, a fazer “uma resenha, certamente incompleta, das questões que hoje nos causam inquietação e que já não se podem esconder debaixo do tapete” com o objetivo de ajudar a “tomar dolorosa consciência, ousar transformar em sofrimento pessoal aquilo que acontece com o mundo e, assim, reconhecer a contribuição que cada um lhe pode dar” (19): “Poluição e mudanças climáticas” (20-26); “a questão da água” (27-31); “perda da biodiversidade” (32-42); “deterioração da qualidade de vida humana e degradação social” (43-47); “desigualdade planetária” (48-52).

Ao mesmo tempo em que Francisco constata que “estas situações provocam gemidos da irmã terra, que se unem aos gemidos dos abandonados do mundo, com um lamento que reclama de nós outro rumo” (53), consta também a “fraqueza das reações” (53-59) e “diversidade de opiniões” sobre o problema e suas possíveis soluções (60-61). Por um lado, fala da carência de uma “cultura necessária para enfrentar esta crise” e da “necessidade de construir lideranças que apontem caminhos” (53), da “fraqueza da reação política internacional” - “a submissão da política à tecnologia e à economia demonstra-se na falência das cúpulas mundiais sobre o meio ambiente” (54), dos limites dos avanços (55), de como “o meio ambiente fica indefeso perante os interesses do mercado divinizado, transformados em regra absoluta” (56), do risco de se criar “um cenário favorável a novas guerras, disfarçadas sob nobres reivindicações” (57), dos “exemplos positivos” (58) e do crescimento de “uma ecologia superficial ou aparente” que “serve para mantermos os nossos estilos de vida, produção e consumo” (59). Por outro lado, acerca da “diversidade de opiniões”, afirma que entre as posições extremas, “a reflexão deveria identificar possíveis cenários futuros, porque não existe só um caminho de solução” (60) e que, embora “sobre muitas questões concretas, a Igreja não tem motivo para propor uma palavra definitiva e entende que deve escutar e promover o debate honesto entre os cientistas”, quanto ao problema ambiental, “basta, porém, olhar a realidade com sinceridade, para ver que há uma grande deterioração de nossa casa comum” - “o atual sistema mundial é insustentável” (61).

II - O Evangelho da criação

O texto começa problematizando e justificando a inclusão de um “capítulo referente às convicções de fé” num documento “dirigido a todas as pessoas de boa vontade”. Reconhecendo que alguns “rejeitam decididamente a ideia de um criador ou consideram-na irrelevante”, relegando o aporte das regiões para “reino do irracional” ou tratando-o como uma “subcultura que se deve simplesmente tolerar”, Francisco insiste que “a ciência e a religião, que fornecem diferentes abordagens da realidade, podem entrar num diálogo intenso e frutuoso para ambas” (62). Adverte que “a complexidade da crise ecológica e as suas múltiplas causas” exigem “reconhecer que as soluções não podem vir uma única maneira de interpretar e transformar a realidade”, sendo necessário “recorrer também às diversas riquezas culturais dos povos, à arte e à poesia, à vida interior e à espiritualidade” (63). E destaca a importância de “mostrar desde o início como as convicções de fé oferecem aos cristãos - e em parte também a outros crentes - motivações importantes para cuidar da natureza e dos irmãos e irmãs mais frágeis” (64).

E passa, então, a recolher a “sabedoria das narrações bíblicas”, com o intuito de “saber o que nos dizem as grandes narrações bíblicas sobre a relação do ser humano com o mundo” (65). Elas sugerem que “a existência humana se baseia sobre três relações fundamentais intimamente ligadas: as relações com Deus, com o próximo e com a terra”, ao mesmo tempo em que mostram como “a harmonia entre o criador, a humanidade e toda a criação foi destruída por termos pretendido ocupar o lugar de Deus, recusando reconhecer-nos como criaturas” e distorcendo “a natureza de ‘dominar’ a terra e de a ‘cultivar e guardar’” (66). Isso permite ao papa responder a acusação ao pensamento judaico-cristão de que ele “favoreceria a exploração selvagem da natureza, apresentando uma imagem do ser humano como dominador e devastador”: “esta não é uma interpretação correta da Bíblia” (67). Pelo contrário. Os textos bíblicos nos convidam a “cultivar e guardar” o jardim: “Esta responsabilidade perante uma terra que é de Deus implica que o ser humano, dotado de inteligência, respeite as leis da natureza e os delicados equilíbrios entre os seres deste mundo” (68).

Isso tem muitas implicações para a compreensão do “mistério do universo”: a) “dizer ‘criação’ é mais do que dizer natureza, porque tem a ver com um projeto do amor de Deus, onde cada criatura tem um valor e um significado” (76) - “a criação pertence à ordem do amor” (77); b) “todo o universo material é uma linguagem do amor de Deus, do seu carinho sem medida por nós” (84); c) “isto não significa igualar todos os seres vivos e tirar do ser humano aquele seu valor peculiar que, simultaneamente, implica uma tremenda responsabilidade” (90) - “exige-se uma preocupação pelo meio ambiente, unida ao amor sincero pelos seres humanos e a um compromisso constante com os problemas da sociedade” (91); d) “toda abordagem ecológica deve integrar uma perspectiva social que tenha em conta os direitos fundamentais dos mais desfavorecidos”, considerando o “princípio da subordinação da propriedade privada ao destino universal dos bens e, conseqüentemente, o direito universal ao seu uso” (93). E tudo isso alcança sua plenitude no “mistério de Cristo”, no qual “as criaturas deste mundo já não nos aparecem como uma realidade meramente natural, porque o ressuscitado as envolve misteriosamente e guia para um destino de plenitude” (100).

III - A raiz humana da crise ecológica

O texto começa afirmando que “para nada serviria descrever os sintomas, se não reconhecêssemos a raiz humana da crise ecológica” que está ligada a “um modo desordenado de conceber a vida e a ação do ser humano que contradiz a realidade até ao ponto de arruiná-la”. E passa a refletir sobre o “paradigma tecnocrático dominante” e sobre o “lugar que ocupa nele o ser humano e sua ação no mundo” (101).

A propósito do “paradigma tecnocrático dominante”, começa falando da tecnologia em termos de “criatividade e poder” (102-105) e da “encruzilhada” em que nos encontramos atualmente: “É justo que nos alegremos com estes progressos e nos entusiasmemos à vista das amplas possibilidades que nos abrem estas novidades interessantes, porque ‘a ciência e a tecnologia são um produto estupendo da criatividade humana que Deus nos deu’ (101); “não podemos, porém, ignorar que a energia nuclear, a

biotecnologia, a informática, o conhecimento do nosso próprio DNA e outras potencialidades que adquirimos” constituem um “poder tremendo” e dão “àqueles que detém o conhecimento e, sobretudo, o poder econômico para desfrutá-lo, um domínio impressionante sobre o conjunto do gênero humano e do mundo inteiro” (104).

Mas o “problema fundamental” mesmo diz respeito ao “modo como realmente a humanidade assumiu a tecnologia e o seu desenvolvimento, juntamente com um paradigma homogêneo e unidimensional”, centrado numa “técnica de posse, domínio e transformação” - daí o nome “paradigma tecnocrático” (106). Seu interesse é “extrair o máximo possível das coisas por imposição da mão humana, que tende a ignorar ou esquecer a realidade que tem à sua frente”, passando daqui facilmente à “ideia de um crescimento infinito ou ilimitado”, fundado na “mentira da disponibilidade infinita dos bens do planeta, o que leva a ‘espremê-lo’ até o limite e para além do mesmo” (106). Trata-se de “um paradigma de compreensão que condiciona a vida das pessoas e o funcionamento da sociedade”: cria uma “trama” que condiciona os “estilos de vida”, orienta “as possibilidades sociais na linha dos interesses de determinados grupos de poder” (107) e “tende a exercer o domínio também sobre a economia e a política” (109).

Esse “paradigma tecnocrático” está ligado a um “antropocentrismo” que “debilita o valor intrínseco do mundo” (115) e vai minando “toda a referência a algo de comum e qualquer tentativa de reforçar os laços sociais” (116). Na verdade, “a falta de preocupação por medir os danos à natureza e o impacto ambiental das decisões é apenas o reflexo evidente do desinteresse em reconhecer a mensagem que a natureza traz inscrita nas suas próprias estruturas”, comprometendo a “própria base da sua existência” (117): quando “não reconhece aos outros seres um valor próprio” termina por “negar qualquer valor peculiar ao ser humano” (118). Ecologia e antropologia são inseparáveis: “não há ecologia sem uma adequada antropologia”; “um antropocentrismo desordenado não deve necessariamente ser substituído por um biocentrismo” (118); “se a crise ecológica é uma expressão ou uma manifestação externa da crise ética, cultural e espiritual da modernidade, não podemos iludir-nos de sanar nossa relação com a natureza e o meio

ambiente, sem curar todas as relações humanas fundamentais” (118). Neste contexto, o papa adverte contra o “relativismo prático” que é “ainda mais perigoso que o doutrinal” (122-123), fala da “necessidade de defender o trabalho” (124-129) e chama atenção para os riscos e a necessidade de limites no que se refere à “inovação biológica a partir da pesquisa” (130-136). O texto conclui insistindo que “a técnica separada da ética dificilmente será capaz de autolimitar o seu poder” (136).

IV - Uma ecologia integral

Partindo do princípio de que “tudo está intimamente relacionado e que os problemas atuais requerem um olhar que tenha em conta todos os aspectos da crise mundial”, Francisco propõe uma reflexão sobre “os diferentes elementos de uma *ecologia integral*, que incluía claramente as dimensões humanas e sociais” (137).

- *Ecologia ambiental, econômica e social* (138-142): se “a ecologia estuda as relações entre os organismos vivos e o meio ambiente onde se desenvolvem”, é preciso “pensar e discutir a acerca das condições de vida e de sobrevivência de uma sociedade, com a honestidade de pôr em questão modelos de desenvolvimento, produção e consumo” (138); “não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise socioambiental” (139); “há uma interação entre os ecossistemas e entre os mundos de referência social” (141); “também o estado de saúde das instituições de uma sociedade tem consequências no ambiente e na qualidade de vida humana” (142).

- *Ecologia cultural* (143-146): “a ecologia envolve também o cuidado das riquezas culturais da humanidade, no seu sentido mais amplo” e isso exige que “se presta atenção às culturas locais, quando se analisam questões relacionadas com o meio ambiente, fazendo dialogar a linguagem técnico-científica com a linguagem popular” (143); “o desaparecimento de uma cultura pode ser tanto ou mais grave do que o desaparecimento de uma espécie animal ou vegetal” (145); “é indispensável prestar uma atenção especial às comunidades aborígenes com suas tradições culturais” (146).

- *Ecologia da vida cotidiana* (147-155): importante “analisar o espaço onde as pessoas transcorrem a sua existência” (147); “é louvável a ecologia humana que os pobres conseguem desenvolver no meio de tantas limitações” (148) - “experiência de salvação comunitária” (149); é preciso considerar a “relação entre os espaços urbanizados e o comportamento humano” (150), “cuidar dos espaços comuns” (151), da habitação (152), do transporte (153), das áreas ruais (154) e da “relação necessária da vida do ser humano com a lei moral inscrita na sua própria natureza” (155).

- *Princípio do bem comum* (156-158): “a ecologia humana é inseparável da noção de bem comum” (156) que “pressupõe o respeito pela pessoa humana enquanto tal, com direitos fundamentais e inalienáveis orientados para o seu desenvolvimento” (157); “nas condições atuais da sociedade mundial”, isso se torna “um apelo à solidariedade e uma opção preferencial pelos mais pobres”, o que “implica tirar as consequências do destino comum dos bens da terra” e, sobretudo, “contemplar a imensa dignidade do pobre à luz das mais profundas convicções de fé” (158).

- *Justiça intergeracional* (159-162): “a noção de bem comum engloba também as gerações futuras” - “já não se pode falar de desenvolvimento sustentável sem uma solidariedade intergeracional” (159); “que tipo de mundo queremos deixar a quem vai suceder-nos, às crianças que estão crescendo?” (160); “a dificuldade em levar a sério este desafio tem a ver com a deterioração ética e cultural, que acompanha a deterioração ecológica” - individualismo, egoísmo, consumismo, indiferença (162).

V - *Algumas linhas de orientação e ação*

Depois de “examinar a situação atual da humanidade, tanto nas feridas do planeta que habitamos, como nas causas mais profundamente humanas da crise ambiental”, que, por si mesma, indica a “necessidade de mudança de rumo” e indica “algumas ações”, Francisco passa a “delinear grandes percursos de diálogo que nos ajudem a sair da espiral de autodestruição, ande estamos afundando” (163).

- *Diálogo sobre o meio ambiente na política internacional* (164-175): “a interdependência obriga-nos a pensar em um mundo único, em um projeto comum” (164); a cúpulas mundiais sobre o meio ambiente não alcançaram “acordos ambientais globais realmente significativos e eficazes” (166); há “experiências positivas” (168-169), mas “algumas estratégias” acabam impondo aos países pobres “uma nova injustiça sob a capa do cuidado do meio ambiente” (170) e podem levar a “uma nova forma de especulação” (171); os países pobres devem priorizar “a erradicação da miséria e o desenvolvimento social de seus habitantes” (172); urgência de “acordos internacionais” (173) e de “instituições internacionais mais fortes e eficazmente organizadas, com autoridades designadas de maneira imparcial [...] e dotadas de poder de sancionar” (175).

- *Diálogo para novas políticas nacionais e locais* (176-181); “vencedores e vencidos dentro dos países pobres” e importância das “políticas nacionais e locais” (176); papel do Estado (177); desafio de superação de uma política centrada em “resultados imediatos” e “interesses eleitorais” (178); importância das “cooperativas para a exploração de energias renováveis” (179); “não se pode pensar em receitas uniformes, porque há problemas e limites específicos de cada país ou região”; “o realismo político pode exigir medidas e tecnologias de transição”; “a nível nacional e local há sempre muito o que fazer” (180); “indispensável é a continuidade” (181).

- *Diálogo e transparência nos processos decisórios* (182-188): “a previsão do impacto ambiental dos empreendimentos e projetos requer processos políticos transparentes e sujeitos ao diálogo” (182); “no debate, devem ter lugar privilegiado os moradores locais” e todos devem ser “informados sobre os vários aspectos e os diferentes riscos e possibilidades” (183); as decisões devem ser baseadas num “confronto entre riscos e benefícios possíveis” (184); “princípio de precaução” (186); “a rentabilidade não pode ser o único critério a ter em conta” (187); “a Igreja não pretende definir as questões científicas nem substituir-se à política”, mas convida a “um debate honesto e transparente, para que as necessidades particulares ou as ideologias não lesem o bem comum” (188).

- *Política e economia em diálogo para a plenitude humana* (189-198): “a política não deve submeter-se à economia, e esta não deve submeter-se aos ditames e ao paradigma eficientista da tecnocracia” (189); “a proteção ambiental não pode ser assegurada somente com base no cálculo financeiro de custos e benefícios” (190); “reduzir um determinado ritmo de produção e consumo pode dar lugar à outra modalidade de progresso e desenvolvimento” (191); “não é suficiente conciliar, a meio termo, o cuidado da natureza com o ganho financeiro” - é preciso “redefinir o progresso” (194); “o princípio da maximização do lucro [...] é uma distorção conceitual da economia” (195); “uma política que pense com visão ampla e leve em frente um reformulação integral, abrangendo num diálogo interdisciplinar os vários aspectos da crise” (197).

- *As religiões no diálogo com as ciências* (199-201): “não se pode sustentar que as ciências empíricas expliquem completamente a vida, a essência íntima de todas as criaturas e o conjunto da realidade” - “os textos religiosos clássicos podem oferecer significado para todas as épocas, possuem uma força motivadora que abre sempre novos horizontes” (199); insuficiência das soluções técnicas para os “graves problemas do mundo”, importância das religiões e responsabilidade dos crentes (200); necessidade de diálogo entre as religiões, entre as ciências, entre os movimentos ecológicos - “a gravidade da crise ecológica obriga-nos, a todos, a pensar no bem comum e a prosseguir pelo caminho do diálogo que requer paciência, ascese e generosidade” (201).

VI - Educação e espiritualidade ecológicas

O último capítulo da encíclica aborda a falta e a necessidade de “consciência de uma origem comum, de uma recíproca pertença e de um futuro partilhado por todos”, o que “permitiria o desenvolvimento de novas convicções, atitudes e estilos de vida”. Põe-nos diante de um “grande desafio cultural, espiritual e educativo que implicará longos processos de regeneração” (202).

Começa falando na necessidade de “apontar para outro estilo de vida” (203-208). Ao mesmo tempo em que constata que “o consumismo obsessivo é o reflexo subjetivo do paradigma tecnoeconômico” (203) e que “a situação

atual do mundo ‘gera um sentido de precariedade e insegurança, que, por sua vez, favorece formas de egoísmo coletivo’ (204); insiste que “nem tudo está perdido, porque os seres humanos, capazes de tocar o fundo da degradação, podem também se superar, voltar a escolher o bem e regenerar-se, para além de qualquer condicionalismo psicológico e social” (205) e que “uma mudança nos estilos de vida poderia chegar a exercer uma pressão salutar sobre quantos detêm o poder político, econômico e social” (206) - “quando somos capazes de superar o individualismo, pode-se realmente desenvolver um estilo de vida alternativo e torna-se possível uma mudança relevante na sociedade” (208).

Isso nos põe diante do desafio de “educar para a aliança entre a humanidade e o ambiente” (209-215): “a consciência da gravidade da crise cultural e ecológica precisa traduzir-se em novos hábitos” (209); a educação ambiental tem incluir uma “crítica dos ‘mitos’ da modernidade baseados na razão instrumental” e “recuperar os distintos níveis de equilíbrio ecológico” e necessita de “educadores capazes de reordenar os itinerários pedagógicos de uma ética ecológica” (210); não basta “informar” nem criar “leis e normas”, é preciso “maturar hábitos”, cultivar “virtudes sólidas” (211); “vários são os ambientes educativos”: escola, família, meios de comunicação, política, Igreja etc. (213-214); atentar para a relação entre uma “educação estética” e “ambiente sadio” (215).

Essa educação ambiental implica uma verdadeira “conversão ecológica” (216-221). Convencido de que a espiritualidade cristã “constitui uma magnífica contribuição para o esforço de renovar a humanidade”, Francisco propõe “algumas linhas de espiritualidade ecológica que nascem das convicções da nossa fé (216): “a crise ecológica é um apelo a uma profunda conversão interior” (217); “uma sã relação com a criação, como dimensão da conversão integral da pessoa” (218); mas “não basta cada um ser melhor” - “aos problemas sociais responde-se não com a mera soma de bens individuais, mas com redes comunitárias” (219); “comporta várias atitudes que se conjugam para ativar um cuidado generoso e cheio de ternura” (220).

Esta espiritualidade produz “alegria e paz” (222-227) e gera “amor civil e político” (228-232): “a espiritualidade cristã propõe uma forma alternativa

de entender a qualidade de vida, encorajando um estilo de vida profético e contemplativo, capaz de gerar profunda alegria sem estar obcecado pelo consumo” (222); “o cuidado da natureza faz parte de um estilo de vida que implica capacidade de viver juntos e em comunhão” (288) e isso “toca não só as relações entre os indivíduos, mas também ‘as macrorrelações como relacionamentos sociais, econômicos, políticos’” (231).

Francisco chama atenção ainda para “os sinais sacramentais e o descanso celebrativo” (233-237); mostra como “acreditar em um Deus único que é comunhão trinitária, leva a pensar que toda a realidade contém em si mesma uma marca propriamente trinitária” (239) - “o mundo, criado segundo o modelo divino, é uma trama de relações” (240); fala de Maria como “rainha de toda a criação” (241-242); aponta um horizonte “além do sol” (243-245): “na expectativa da vida eterna, unimo-nos para tomar a nosso cargo esta casa que nos foi confiada, sabendo que aquilo de bom que há nela será assumido na festa do céu” - “que as nossas lutas e a nossa preocupação com este planeta não nos tirem a alegria da esperança” (244); e conclui com uma “oração pela nossa terra” e uma “oração cristã com a criação” (246).

Considerações finais: destaques

Depois de indicar em grandes linhas o contexto socio-ecclesial em que se insere a encíclica *Laudato Si'* e de fazer uma apresentação da estrutura e do conteúdo do documento, descaremos a seguir alguns aspectos que ajudam a perceber sua importância e suas peculiaridades no atual contexto histórico e no contexto mais específico do magistério social da Igreja, desenvolvido nas encíclicas sociais.

1. A encíclica *Laudato Si'*, como indica seu subtítulo, trata do “cuidado da casa comum”. No contexto da crise ecológica global atual, Francisco pretende “entrar em diálogo com todos acerca da nossa casa comum” (3) e lança um “convite urgente a renovar o diálogo sobre a maneira como estamos construindo o futuro do planeta” (14). Ele espera que “esta carta encíclica, que se insere no magistério social da Igreja, nos ajude a reconhecer a grandeza, a urgência e a beleza do desafio que temos pela frente” (15). É sua

primeira encíclica social. Ao mesmo tempo em que se enfrenta com um dos maiores problemas/dramas do mundo atual, Francisco alarga e indica os horizontes da missão da Igreja. Não se pode desvincular essa encíclica do contexto eclesial mais amplo de retomada do processo de renovação/reforma conciliar que caracteriza seu ministério pastoral: “transformação missionária da Igreja”. Nem se pode compreendê-la sem considerar a sensibilidade e a perspectiva socioambiental de Francisco: seja no que se refere a seu estilo/espírito otimista, dialogal, prospectivo e processual; seja no que se refere a seu pensamento complexo/integral que articula ambiental e social, político/econômico e cultural/religioso, ciência e outros saberes (filosofia, poesia, religião, sabedoria popular), conjuntural e estrutural.

2. Francisco retoma nessa encíclica o método ver-julgar-agir (CAMACHO, 2016, p. 60; SILVA, 2017, p. 691; SOUZA, 2016, p. 141-161; AQUINO JÚNIOR, 2016, p. 26) que caracteriza a reflexão social de João XXIII e de Paulo VI, que foi usado por João Paulo II em sua segunda encíclica social e que foi abandonado por Bento XVI na encíclica *Caritas in veritate*. Isso se pode verificar já na estrutura/sequência/lógica dos capítulos. E foi claramente indicado por ele no final da introdução do documento: fará uma “breve resenha dos vários aspectos da atual crise ecológica” [ver]; retomará “algumas argumentações que derivam da tradição judaico-cristã” e procurará identificar as “raízes da situação atual” [julgar]; proporá, por fim, uma “ecologia integral”, “algumas grandes linhas de diálogo de ação” e “algumas linhas de maturação humana inspiradas no tesouro da experiência espiritual cristã” [agir] (15). Mas, além dessa estrutura mais básica de reflexão (ver-julgar-agir), Francisco chama atenção para alguns “eixos que atravessam a encíclica inteira” como a “relação íntima entre os pobres e a fragilidade do planeta”, a “convicção de que tudo está estreitamente interligado”, a “crítica do novo paradigma e das formas de poder que derivam da tecnologia”, o “convite a procurar outras formas de entender a economia e o progresso”, o “valor de cada criatura”, o “sentido humano da ecologia”, a “necessidade de diálogo honesto e sincero” etc. (16).

3. A encíclica *Laudato Si'* marca/inaugura uma nova fase no magistério social da Igreja: seja pela ampliação da chamada “questão social”, seja pela

radicalidade de seu enfoque. Antes de tudo, ela alarga os horizontes da “questão social”: enquanto a *Rerum novarum* de Leão XIII se enfrenta com a “questão operária”, a *Quadragesimo anno* de Pio XI se enfrenta a questão da “ordem social”, as encíclicas sociais de João XXIII, Paulo VI, João Paulo II e Bento XVI se enfrentam com questões de ordem internacional e/ou mundial, a encíclica *Laudato Si'* trata do “cuidado da casa comum”. Vemos, aqui, claramente uma ampliação da questão social: *questão operária - ordem social - âmbito internacional e/ou mundial - questão socioambiental*. Mas, além de ampliar a questão social, Francisco radicaliza sua abordagem, tanto no que se refere às causas/raízes do problema, quanto no que se refere a seu enfrentamento. Ele rompe com a linguagem reformista (reforma do sistema) que caracteriza o magistério social da Igreja. Fala da perversidade e insustentabilidade do atual sistema (52, 61, 161). E, com uma “posição profundamente crítica, antissistêmica em relação ao capitalismo” (BENTO, 2018, p. 510), defende não apenas a necessidade e razoabilidade de redução/limite do crescimento e do consumo (129, 186, 191, 193), mas a necessidade de mudanças estruturais (139, 189, 194, 197).

4. Poderíamos sintetizar o aporte mais importante dessa encíclica em torno de três conceitos fundamentais que, em certo sentido, estruturam toda a reflexão: a) *Paradigma tecnocrático* como “raiz humana da crise ecológica” (cap. III) (OLIVEIRA, 2016, p. 129-145). Francisco não se contenta em descrever os “sintomas” da crise, mas busca identificar sua “raiz” que tem a ver com “um modo desordenado de conceber a vida e a ação do ser humano, que a contradiz a realidade até ao ponto de a arruinar” (101) e que é formulado em termos de “paradigma tecnocrático” e “antropocentrismo moderno”; b) *Evangelho da criação*, referente às convicções/motivações/exigências da fé judaico-cristã para o cuidado da casa comum (cap. II) (AQUINO JÚNIOR, 2016, p. 24-39). Francisco mostra como a Escritura apresenta uma visão relacional do ser humano (66) e nos convida a “cultivar e guardar” o jardim do mundo (67), insiste no valor de toda criatura (84-88) e na peculiaridade do ser humano (89-92); c) *Ecologia integral* como resposta/alternativa ao “paradigma tecnocrático dominante” (cap. II) (BOFF, 2016a, p. 19-22). Para Camacho, este é o “aporte mais nuclear do

documento” (CAMACHO, 2016, p. 64). A insistência em que tudo está “interligado” (16, 91, 117, 138, 240) leva a reconhecer “uma única e complexa crise socioambiental” e a tomar em sério a “relação entre a natureza e a sociedade que a habita” ou as “interações dos sistemas naturais entre si e com os sistemas sociais” (139).

5. Francisco não só insiste no vínculo intrínseco entre o natural/ambiental e o humano/social, mas o faz a partir dos pobres e marginalizados da sociedade. Ao apresentar o conteúdo e a estrutura do texto, fala da “relação íntima entre os pobres e a fragilidade do planeta” como um dos “eixos que atravessam a encíclica inteira” (16). Chama atenção ao longo do texto sua preocupação em destacar sempre as consequências trágicas da crise ecológica na vida dos pobres, insistindo em que “uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres” (49). E, ao indicar caminhos de superação da crise, afirma que “as diretrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza” (139), fala da “opção preferencial pelos mais pobres” (158), insiste que a prioridade dos países pobres deve “a erradicação da miséria e o desenvolvimento social de seus habitantes” (172) e que as religiões devem dialogar entre si “visando ao cuidado da natureza, à defesa dos pobres, à construção duma trama de respeito e fraternidade” (201). Em última instância, *Laudato Si'* é um apelo a ouvir os gritos/clamores/gemidos da terra e dos pobres (49, 53, 117).

6. Uma leitura atenta do texto revela a riqueza e complexidade de aspectos e dimensões considerados na análise da crise ecológica e nas perspectivas indicadas para seu enfrentamento e superação. E isso tem sido destacado nas análises de vários comentaristas. Destaca-se a “emergência de um novo paradigma”, no qual o “ambientalismo” é superado por uma “ecologia integral” (BOFF, 2016a, p. 19-22; 2016b, p. 25-29). Destaca-se a presença de uma “nova antropologia” que surge da consciência de que “tudo está interligado” e que é condição para o “cuidado da casa comum” - “não há ecologia sem uma adequada antropologia” (118) (BAKKER, 2016, p. 158-170).

Destaca-se a importância e necessidade uma “espiritualidade ecológica” que aponte/dinamize “outro estilo de vida”, o que implica “educação ecológica” e “conversão ecológica” (SILVA, 2017, p. 688-704; BINGEMER, 2016, p. 169-181). Destaca-se a dimensão ecumênica e inter-religiosa da encíclica: seja pelo fato de “tratar de situações que afligem toda a humanidade” e pelas “referências explícitas no texto à contribuição de outras igrejas e religiões” (RIBEIRO, 2016, p. 14), seja pela sintonia com o movimento ecumênico mundial na busca por justiça, paz e integridade da criação (CUNHA, 2016, p. 115-128), seja pelo convite/apelo ao diálogo e à cooperação entre as religiões (BARROS, 2016, p. 171-183). E destaca-se também sua sintonia com os movimentos socioambientais (MORREIRA, 2016, p. 197-217), o que vai se fortalecendo nos encontros mundiais do papa com os movimentos populares.

7. Por fim, convém destacar o caráter profundamente espiritual - esperançoso e prospectivo do texto. Se é impactante o realismo com que Francisco trata os “efeitos” e as “causas” da crise ecológica, não menos impactante são a esperança e o otimismo com que ele se enfrenta com essa crise. É um texto dramático, mas não catastrófico. Um texto perpassado de esperança do começo ao fim: esperança que nos convida a “reconhecer que sempre há uma saída, sempre podemos mudar de rumo, sempre podemos fazer alguma coisa para resolver os problemas” (61); esperança fundada em Deus que, com seu Espírito, “encheu o universo de potencialidades que permitem que, do próprio seio das coisas, possa brotar sempre algo novo” (80), e que sempre oferece à humanidade a “possibilidade de um novo início” (71). Isso permite/possibilita Francisco enfrentar de forma tão realista o drama socioambiental sem perder a lucidez e a esperança. Isso o leva a buscar e discernir sinais e indícios de novidade ou alternativa no mundo, não obstante seus limites e ambiguidades (26, 34, 35, 7, 54, 55, 58, 111, 112, 167, 168, 169, 179, 180, 206, 211), sem, porém, iludir-se com soluções aparentes ou cínicas (170, 171, 194, 197). Ao mesmo tempo em que insiste na necessidade de mudanças estruturais (139, 189, 194, 197), insiste na necessidade e importância de “gerar processos” (178, 202).

Referências

- ACOSTA, Alberto. *O bem viver: Uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das neves. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- AIZEN, Marina. Historia secreta: cómo se gestó la encíclica ambiental del Papa. *Diário Clarín* (21/06/2015). Disponível em:
https://www.clarin.com/sociedad/cambio_climatico-enciclica-francisco_0_H11xTvvtwml.html
- ALIER, Joan Martínez. *Ecologismo dos pobres*. São Paulo: Contexto, 2007.
- ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro. Um novo paradigma na Doutrina Social da Igreja. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 79, n. 314, p. 615-636, 2019.
- AQUINO JÚNIOR. “Fé cristã e superação da crise ecológica: Abordagem teológica”. In: MURAD, Afonso; TAVARES, Sinivaldo (orgs.). *Cuidar da casa comum: Chaves de leitura teológicas e pastorais da Laudato Si'*. São Paulo: Paulinas, 2016, p. 24-39.
- AQUINO JÚNIOR, Francisco de. *Renovar toda a Igreja no Evangelho: Desafios e perspectivas para a conversão pastoral da Igreja*. Aparecida: Santuário, 2019.
- BAKKER, Nicolau João. *Laudato Si'*: rumo a uma nova antropologia. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 76, n. 301, p. 158-170, 2016.
- BARROS, Marcelo. Convite a unir o céu e a terra. A encíclica *Laudato si'* e a espiritualidade macroecumênica. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 76, n. 301, p. 171-183, 2016.
- BENTO, Fábio Régio. Adeus reformismo - Papa Francisco e a Doutrina Social da Igreja. *Perspectiva Teológica*, v. 50, n. 3, p. 509-523, 2018.
- BINGEMER, Maria Clara. Louvor, responsabilidade e cuidado. Premissas para uma espiritualidade ecológica. In: MURAD, Afonso; TAVARES, Sinivaldo (orgs.). *Cuidar da casa comum: Chaves de leitura teológicas e pastorais da Laudato Si'*. São Paulo: Paulinas, 2016, p. 169-181.
- BOFF, Leonardo. *Ecologia: Grito da terra, gritos dos pobres*. Dignidade e direitos da mãe terra. Petrópolis: Vozes, 2015.
- BOFF, Leonardo. A encíclica do Papa Francisco não é “verde”, é integral. In: MURAD, Afonso; TAVARES, Sinivaldo (orgs.). *Cuidar da casa comum: Chaves de leitura teológicas e pastorais da Laudato Si'*. São Paulo: Paulinas, 2016a, p. 15-23.

BOFF, Leonardo. O desafio ecológico à luz da *Laudato Si'* e da COP21 de Paris. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 76, n. 301, p. 24-43, 2016b.

BRIGHENTI, Agenor. A evolução do conceito de ecologia no Ensino Social da Igreja. Da *Rerum Novarum* à *Laudato Si'*. In: MURAD, Afonso; TAVARES, Sinivaldo (orgs.). *Cuidar da casa comum: Chaves de leitura teológicas e pastorais da Laudato Si'*. São Paulo: Paulinas, 2016, p. 52-64.

BRUM, Eliane. *Banzeiro òkòtó: Uma viagem à Amazônia centro do mundo*. São Paulo: Companhia das letras, 2021.

CAMACHO, Ildefonso. “*Laudato Si'*: el clamor de la tierra y el clamor de los pobres. Una encíclica más que ecológica”. *Revista de Fomento Social*, n. 281, p. 59-79, 2016.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação: A ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 1989.

CARSON, Rachel. *A primavera silenciosa*. São Paulo: Gaia, 2010.

CUNHA, Magali do Nascimento. *Laudato Si'*: o eco papal de uma busca ecumênica. In: MURAD, Afonso; TAVARES, Sinivaldo (orgs.). *Cuidar da casa comum: Chaves de leitura teológicas e pastorais da Laudato Si'*. São Paulo: Paulinas, 2016, p. 115-128.

FRANCISCO. Encontro com os representantes dos Meios de Comunicação Social (16/03/2013a). Disponível em:

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/march/documents/papa-francesco_20130316_rappresentanti-media.html

FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium: Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*. São Paulo: Paulinas, 2013b.

FRANCISCO. *Carta Encíclica Laudato Si'*: Sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015.

FRANCISCO. *Vamos sonhar juntos: O caminho para um futuro melhor*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2000.

GRZYBOWSKI, Cândido (org.). *O testamento do homem da floresta: Chico Mendes por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

LEFF, Enrique. *A aposta pela vida: Imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do sul*. Petrópolis: Vozes, 2016.

LIBÂNIO, João Batista. *A volta à Grande Disciplina: Reflexão teológico-pastoral sobre a atual conjuntura da Igreja*. São Paulo: Loyola, 1984.

MAÇANEIRO, Marcial. A ecologia e o ensino social da Igreja: inscrição e alcances de um paradigma. In: ZACHARIAS, Ronaldo; MANZINI, Rosana (org.).

Magistério e Doutrina Social da Igreja: Continuidade e desafios. São Paulo: Paulinas, 2016, p. 230-283.

MEADOWS, Donella; MEADOWS, Dennis; RANDERS, Jorgen; BEHRENS III, William. *Limites do crescimento: Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

MOREIRA, Gilvander Luís. *Laudato Si'* e as lutas dos movimentos socioambientais. In: MURAD, Afonso; TAVARES, Sinivaldo (orgs.). *Cuidar da casa comum: Chaves de leitura teológicas e pastorais da Laudato Si'*. São Paulo: Paulinas, 2016, p. 115-128.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. Ampliação do sentido da libertação. *Perspectiva Teológica*, v. 30, n. 81, p. 273-284, 1998.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. Ética e técnica. In: *Ética, direito e democracia*. São Paulo: Paulus, 2010, p. 39-76.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. O paradigma tecnocrático. In: MURAD, Afonso; TAVARES, Sinivaldo (orgs.). *Cuidar da casa comum: Chaves de leitura teológicas e pastorais da Laudato Si'*. São Paulo: Paulinas, 2016, p. 129-145.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. A ONU e o meio ambiente. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>

PASSOS, João Décio; SOARES, Afonso Maria Ligorio. *Francisco: Renasce a esperança*. São Paulo: Paulinas, 2013.

PASSOS, João Décio. Papa Francisco e o fim do mundo; aspectos sócio-eclesiais de uma conjuntura histórica. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 79, n. 314, p. 520-540, 2019.

PESSINI, Leo. Reflexões bioéticas sobre a questão ecológica hoje: Em busca do respeito e do cuidado com a casa comum da humanidade. In: ZACHARIAS, Ronaldo; MANZINI, Rosana (org.). *Magistério e Doutrina Social da Igreja: Continuidade e desafios*. São Paulo: Paulinas, 2016, p. 284-332.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A ecologia política na América Latina: Reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. *INTERthesis*, v. 9, n. 1, p. 16-50, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2012v9n1p16/23002>

RIBEIRO NETO, Francisco Borba. O diálogo entre catolicismo e ambientalismo a partir da Laudato Si'. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 76, n. 301, p. 8-23, 2016.

REDE WWW. Chegamos ao limite! 8 de agosto - Dia de Sobrecarga da Terra (08/08/2016). Disponível em:

https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/pegada_ecologica/overshootday2/#:~:text=%E2%80%8BPegada%20Ecol%C3%B3gica%20no%20Brasil&text=Isso%20significa%20que%20se%20todas,da%20capacidade%20anual%20do%20planeta

RIBEIRO, Claudio de Oliveira (org.). *Evangélicos e o Papa: Olhares de lideranças evangélicas sobre a Encíclica *Laudato Si'**, do Papa Francisco. São Paulo: Reflexão, 2016.

SILVA, José Maria (org.). *Papa Francisco: Perspectiva e expectativas de um papado*. Petrópolis: Vozes, 2014.

SILVA, João Justino de Medeiros. Aprendei com os lírios dos campos... Apontamentos para uma espiritualidade ecológica a partir da *Laudato Si'*. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 77, n. 307, p. 688-704, 2017.

SOLÓN, Pablo (org.). *Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da terra e desglobalização*. São Paulo: Elefante, 20219.

SORGE, Bartolomeo. *Breve curso de doutrina social*. São Paulo: Paulinas: 2018.

SOUZA, José Nivaldo. A *Laudato Si'* na perspectiva do método: “ver, julgar e agir”. *Perspectiva Teológica*, v. 48, n. 1, p. 145-161, 2016.

THOMASSET, Alain. Uma necessária conversão para uma “ecologia integral!”. *Fronteiras*, v. 2 n. 1, p. 14-34, 2019.

Trabalho submetido em 24/02/2022.

Aceito em 04/06/2022.

Francisco de Aquino Júnior

Doutor em teologia pela Westfälische Wilhelms-Universität Münster -Alemanha; professor de teologia da Faculdade Católica de Fortaleza (FCF) e do PPG-Teo da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP); presbítero da Diocese de Limoeiro do Norte-CE. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8142-3280>. E-mail: axejun@yahoo.com.br.